

Constitucionalidade do decreto é questionada

por Eliana Simonetti
de Brasília

Duas reuniões aconteceram ontem em Brasília, a portas fechadas, para discutir a questão dos reajustes das semestralidades das escolas particulares. De um lado, os representantes da Federação Nacional dos Estabelecimentos de Ensino, dispostos a fechar, caso o governo não conceda reajuste de pelo menos 100%. De outro lado, os presidentes dos conselhos de educação dos estados, Distrito Federal e territórios, os delegados regionais do Ministério da Educação e Cultura (MEC) e representantes da Superintendência Nacional de Abastecimento (Sunab), tentando, por quatro horas, entender o decreto que alterou a competência das comissões de encargos educacionais. A Federação das Escolas só definirá hoje sua atitude. O MEC considerou que ficou tudo esclarecido, e que o governo federal não tem mais como interferir no problema.

Conforme explicou o secretário geral do Ministério da Educação e Cultura, Aloísio Sotero, a situação estabelecida por lei é a seguinte: as escolas podem aplicar um reajuste de 35% em sua semestralidade, com direito a mais 15%, desde que haja consenso com pais e professores. A partir daí, podem ainda pleitear às comissões de encargos uma correção de defasagem, desde que os pais e professores também concordem, para cobrir despesas com investimentos e desgaste de material, e, além disso, ainda têm direito a 50% sobre a correção de defasagem concedida. Na prática, portanto, caso as comissões de encargos estejam de acordo, as escolas poderão, já em março, estar cobrando uma semestralidade que não tem limite previsto em lei.

O próprio presidente do Conselho Federal de Educação, Fernando Gay da Fonseca, no entanto, questiona a constitucionalidade do decreto que trata das comissões de encargos educacionais. Membros das comissões diziam, ao final da reunião, não estar convencidos dos argumentos jurídicos apresentados, e afirmavam que, nos termos em que as coisas estão colocadas, "as escolas estão em condições de praticar o índice que quiserem". Conforme explicou a este jornal uma fonte credenciada, presente à discussão, a reunião transcorreu em um clima de hostili-

dade ao decreto, porque os presidentes dos conselhos estaduais de educação são, em sua maioria, donos de escolas particulares, que passaram a ser minoritárias nas novas comissões de encargos, responsáveis pela determinação dos próximos reajustes e pela aprovação dos pleitos dos estabelecimentos de ensino. De qualquer forma, segundo Sotero, o decreto não será alterado.

O secretário geral do MEC, também, não acredita que as escolas vão fechar, mas diz que, se isso ocorrer, "o Estado abrirá mais vagas para suprir a lacuna". A explicação para o descrédito do governo é que, em última instância, está liberado o reajuste do preço das escolas. O problema, segundo nossa fonte, é que o governo não arca com esse ônus.

MERCANTIL

1861 NOV 22